

## Internacionalização na Educação Básica: uma análise a partir da UNESCO

Marília Costa Morosini <sup>1</sup>  <https://orcid.org/0000-0002-2433-5783>

Vanessa Gabrielle Woicolesco <sup>2</sup>  <https://orcid.org/0000-0002-3058-8808>

Jocelia Martins Marcelino <sup>1</sup>  <https://orcid.org/0000-0002-3997-1555>

Manuir José Mentges <sup>1</sup>  <https://orcid.org/0000-0002-8384-9047>

<sup>1</sup> Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Brasil; <sup>2</sup> Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Brasil

**Resumo.** Este artigo tem como objetivo apresentar reflexões a respeito do processo de Internacionalização na Educação Básica à luz das influências da UNESCO. Caracteriza-se como um trabalho de caráter qualitativo e documental, no qual realiza-se uma análise reflexiva, de modo a estabelecer marcos conceituais da Internacionalização na Educação Básica. Estes marcos foram construídos a partir da inter-relação entre a Internacionalização na Educação Básica e a Educação para a Cidadania Global e o Desenvolvimento Sustentável, a partir de reflexões sobre a preservação da identidade nacional, a interculturalidade e da identificação da presença de processos de Internacionalização na Educação Básica. Os resultados apontam que, ao ampliar para todos os estudantes a oportunidade de uma formação que privilegie perspectivas internacionais e interculturais nos currículos da Educação Básica, a Internacionalização pode servir como um meio de promover valores comuns e a coexistência harmoniosa entre diferentes povos e culturas. Também pode contribuir para o desenvolvimento mundial sustentável, marcado pela convivência democrática, pelo respeito, pela solidariedade e pela cooperação para a prática de uma cidadania socialmente responsável.

**Palavras-chave:** internacionalização na educação básica; educação para a cidadania global; desenvolvimento sustentável; UNESCO.

### *Internacionalización en la Educación Básica: un análisis desde la UNESCO*

**Resumen.** Este artículo tiene como objetivo presentar reflexiones sobre el proceso de Internacionalización en la Educación Básica a la luz de las influencias de la UNESCO. Se caracteriza por ser un trabajo cualitativo y documental, en el que se realiza un análisis reflexivo, con el fin de establecer marcos conceptuales de la Internacionalización en la Educación Básica. Estos hitos se construyeron a partir de la interrelación entre la Internacionalización en la Educación Básica y la Educación para la Ciudadanía Mundial y el Desarrollo Sostenible, a partir de reflexiones sobre la preservación de la identidad nacional, la interculturalidad y la identificación de la presencia de procesos de Internacionalización en la Educación Básica. Los resultados indican que, al ampliar a todos los estudiantes la oportunidad de una formación que favorezca las perspectivas internacionales e interculturales en los currículos de Educación Básica, la Internacionalización puede servir como un medio para promover valores comunes y un mayor entendimiento entre diferentes pueblos y culturas y contribuir a la sostenibilidad, desarrollo mundial, marcado por la convivencia democrática, el respeto, la solidaridad y la cooperación para una ciudadanía socialmente responsable.

**Palabras clave:** internacionalización en la educación básica; educación para la ciudadanía mundial; desarrollo sustentable; UNESCO.

### *Internationalization in Basic Education: an analysis from UNESCO*

**Abstract.** This article aims to present reflections on the process of Internationalization in Basic Education in the light of UNESCO influences. It is characterized as a qualitative and documental work, in which a reflective analysis is carried out, in order to establish conceptual frameworks of Internationalization in Basic Education. These milestones were built from the interrelation between Internationalization in Basic Education and Education for Global Citizenship and Sustainable Development, from reflections on the preservation of national identity, interculturality and the identification of the presence of processes of Internationalization in Basic Education. The results indicate that, by expanding to all students the opportunity for training that favors international and intercultural perspectives in Basic Education curricula, Internationalization can serve as a means of promoting common values and a closer understanding between different peoples and cultures and contribute to sustainable world development, marked by democratic coexistence, respect, solidarity and cooperation for a socially responsible citizenship.

**Keywords:** internationalization in basic education; education for global citizenship; sustainable development; UNESCO.

## 1. Introdução

O desenvolvimento de uma sociedade é marcado por ciclos, nos quais a educação e a cultura tornam-se um determinante social (Didriksson, 2008). São transições de longo prazo, complexas e que congregam as forças de “todos os lados e tem efeitos e causas desiguais entre o que está acabando e o que está emergindo” (Didriksson, 2008, p. 26, tradução nossa).

Nesse contexto, nas últimas décadas, o campo científico da educação tem vivenciado uma conjuntura marcada por transformações sociais, históricas, políticas, econômicas e educacionais, que têm influenciado a constituição de políticas supranacionais que orientam os atores, instituições e governos em prol do desenvolvimento da educação.

As perspectivas epistêmicas que fundamentam a reconfiguração dos sistemas educacionais, principalmente nos contextos emergentes, resultam da atuação dos organismos internacionais, os quais operam como atores intergovernamentais para estabelecer tendências e marcos de referência para as políticas públicas em todas as regiões do globo. As manifestações atuais da globalização geo-política-econômica refletem os modos e meios engendrados pela produção científica. Desta forma é importante conhecer os documentos produzidos por estas instituições, os quais são fonte indicativa de políticas públicas, configuração, limitação e determinação de políticas e práticas educacionais em todo o mundo.

Sendo um dos reflexos do processo de globalização, a internacionalização afeta a educação contemporânea, principalmente no âmbito das políticas educacionais. As tendências educativas globais não podem ser entendidas como normas vinculantes ou “política no sentido estrito da expressão”. Elas constituem claramente quadros reflexivos universais que permitem orientar o debate sobre questões educativas e alinhar políticas a este respeito com uma perspectiva universalista” (Valle, 2015, p. 3, tradução nossa).

Embora não tenham um caráter vinculante implícito, esses documentos apresentam as tendências em matéria educativa. Eles compreendem o conjunto de indicações, recomendações e diretrizes emitidas por organismos internacionais no campo educacional, que podem se tornar políticas quando aplicadas, impactando, assim os sistemas educacionais dos Estados membros (Valle, 2012; 2015). São instrumentos de discussão e debate nos campos sociais, acadêmicos e científicos, e apresentam uma tendência para proporcionar subsídios aos países para atingir os objetivos educacionais delineados por esses organismos, independentemente das diferenças culturais, políticas, ideológicas e econômicas dos territórios (Valle, 2015).

Alguns desses movimentos buscam os ajustes estruturais como uma forma de alinhar os países em desenvolvimento à nova ordem econômica mundial. Por outro lado, organismos internacionais têm promovido a cooperação internacional, por meio de projetos e programas que têm possibilitado “a países em todas as latitudes do mundo, especialmente aqueles com menos recursos, desenvolverem ações como a alfabetização de adultos, escolarização de meninos e meninas, atenção socioeducativa precoce ou mobilidade de alunos e professores” (Valle, 2015, p. 12, tradução nossa).

Com uma implicação cada vez mais intensa na harmonização dos sistemas educacionais dos Estados-membros, os direcionamentos dos organismos internacionais têm implicado não apenas nas políticas educativas, mas nas práticas pedagógicas. Estes reflexos podem ser identificados nos sistemas de Educação Básica de distintos contextos internacionais. Neste nível de ensino, crianças, adolescentes e adultos têm acesso ao processo de escolarização e qualificação para o mundo do trabalho. Esses princípios são tão importantes que, via de regra, estão definidos nas legislações reguladoras dos sistemas educacionais nacionais, que podem sofrer influência de políticas supranacionais.

Quando nos remetemos a este nível de ensino, é relevante destacar que a Educação Básica, nos diferentes contextos, está relacionada com a etimologia da palavra base, que nos remete a concepção de “acepção de conceito e etapas conjugadas sob um só todo. Base provém do grego *básis*, *eós* e significa, ao mesmo tempo, pedestal, suporte, fundação e andar, pôr em marcha, avançar” (Cury, 2022, p. 170, grifos do autor).

A Internacionalização da Educação Básica, neste sentido, pode ser vista como uma premissa que tem por objetivo “fortalecer um processo educativo comprometido com o desenvolvimento dos estudantes enquanto cidadãos globais” (Morosini et al. no prelo). Para as autoras, isto ocorre pois nas instituições escolares estão presentes sujeitos culturalmente distintos, o que estabelece um contexto intercultural que contribui para a aquisição de habilidades, atitudes e comportamentos compatíveis com o convívio em uma sociedade diversa e plural.

A perspectiva de incluir os processos de internacionalização na Educação Básica tem como propósito ampliar para todos os estudantes a oportunidade de uma formação que privilegie perspectivas internacionais e interculturais. Neste sentido, a internacionalização pode servir como um meio de promover valores comuns e uma compreensão mais próxima entre diferentes povos e culturas e contribuir para o desenvolvimento mundial sustentável, marcado pela convivência democrática, pelo respeito, pela solidariedade e pela cooperação para uma cidadania socialmente responsável (Morosini, 2017a).

Para isto, se faz necessário o redesenho dos currículos e dos processos de ensino e de aprendizagem neste nível de ensino. Segundo Woicolesco et al. (2023, p. 74) “a Internacionalização do Currículo neste nível de ensino é desejável, contudo, exige a reorganização dos currículos pelos sistemas educacionais e/ou instituições escolares”. Por esta razão, deve-se agregar aos currículos.

um conjunto de atividades com perspectivas de internacionalização. São ações que podem envolver inclusão de novas disciplinas (em geral, língua estrangeira moderna) ou ampliação de suas cargas horárias; realização de intercâmbio estudantil; ampliação das cargas horárias das chamadas ciências duras (química, física, biologia, matemática); utilização de novas tecnologias educativas; acolhimento de estudantes estrangeiros; reforço curricular em conteúdos que atendem requerimentos internacionais; docência por professores com domínio de línguas estrangeiras; atividades extracurriculares ministradas em língua estrangeira etc. (Thiesen, 2017, p. 1003).

O aumento da dimensão global da educação direcionou a atenção para a necessidade de uma formação para o exercício da cidadania global (Marcelino & Lauxen, 2021, p. 73). A UNESCO (2015a, p. 2) considera como cidadãos globais os indivíduos “que pensam e agem para um mundo mais justo, pacífico e sustentável”. Na concepção de Morosini (2017b, p. 139), o cidadão global

[...] é aquele indivíduo que: está consciente do mundo mais amplo e tem um senso de seu próprio papel como cidadão do mundo; respeita e valoriza a diversidade; tem uma compreensão de como o mundo funciona econômica, política, social, cultural, tecnológica e ambientalmente; mostra indignação com a injustiça social; participa e contribui para a comunidade em vários níveis, desde o local até o global; está disposto a agir para tornar o mundo um lugar mais sustentável; e assume a responsabilidade por suas ações.

Quando analisamos a internacionalização, Knight (2004) identifica a necessidade de estudarmos os diferentes níveis que influenciam o processo. São eles: o nível global/regional, o nível nacional e o nível institucional. O nível global aumentou sua força com o processo de globalização, que vem ocorrendo de forma acentuada, desde a década dos anos 1990. A relação entre os diferentes níveis ocorre numa arena de tensões na busca do domínio do campo científico (Bourdieu, 1983). Este é o caso das tensões entre as proposições dos principais Organismos Internacionais (OCDE, World Bank e Unesco) e a soberania dos estado-nação. Akkari (2017) examinando especificamente a UNESCO afirma que suas proposições se alocam entre um paradigma humanista e um paradigma intermediário, enquanto a OCDE e o Banco Mundial dividem-se entre o paradigma intermediário e o instrumental/neoliberal.

Apesar da tendencia do caráter regulador (Maués, 2021) que os Organismos Internacionais desempenham, no formal, a UNESCO tem caráter doutrinário. Isto implica, para sua implantação, considerar a soberania dos estados-nação diante das pressões decorrentes da globalização. Implica, também, em considerar a consubstanciação das proposições em territórios muito diversos, marcados por uma desigualdade social que se acirra continuamente e, que, com a pandemia, desvelou um grau acentuado de fragilidades dos contextos emergentes. (Morosini, 2022).

Nesse processo de internacionalização, essa política pode ser questionada pelo fato de facilmente conduzir ao produtivismo e à superiorização dos países ocidentais relativamente aos chamados países do Sul, emergentes ou periféricos. “...as perspectivas de vigência de um conhecimento produzido no Sul que possa afirmar sua dignidade epistemológica e dialogar com o conhecimento ocidental e com todas as formas de conhecimento são cada vez menores.” (Santos & Tavares, 2017).

## 2. Metodologia

Esta pesquisa possui abordagem qualitativa de caráter documental, buscando identificar informações e intencionalidades em documentos, com o objetivo de extrair informações neles contidas, a partir do próprio objeto de estudo do pesquisador (Flick, 2009; Sá-Silva et al., 2009; Lima Jr. et al., 2021; Lüdke & André, 2013). Tem como objetivo apresentar reflexões a respeito do processo de Internacionalização na Educação Básica à luz das influências da UNESCO. A partir do corpus da pesquisa,

procurou-se desvelar novas interpretações a respeito do objeto deste estudo, ou seja, “produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos” (Sá-Silva et al., 2009, p. 10).

Constituem o corpus de análise desta pesquisa os documentos apresentados no quadro 1.

**Quadro 1:** Relação de documentos analisados, ano de publicação e órgão responsável.

Nome Documento	Autor	Ano de publicação
Educação para a cidadania global: preparando alunos para os desafios do século XXI	UNESCO	2015
Educação 2030: Declaração de Incheon e marco de ação, rumo a uma educação de qualidade, inclusiva e a educação ao longo da vida para todos	UNESCO	2015
Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação	UNESCO	2020
Action Track 2 on Learning and skills for life, work, and sustainable development	UNESCO	2022

Fonte: Elaborado pelos autores.

Esse conjunto de recursos textuais foi analisado a partir da análise de conteúdo (Bardin, 2011). Segundo a autora, há diferentes fases na análise de conteúdo, que se organizam em torno de três polos cronológicos: a) a pré-análise; b) a exploração do material; c) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Na pré-análise foram selecionados os documentos de acesso aberto da UNESCO que discorriam sobre o desenvolvimento sustentável e suas implicações para a educação. Como exploração do material foi realizada uma análise reflexiva, de modo a estabelecer marcos conceituais da Internacionalização na Educação Básica. Estes marcos foram construídos a partir da inter-relação entre a Internacionalização na Educação Básica e a Educação para a Cidadania Global e o Desenvolvimento Sustentável, a partir de reflexões sobre a preservação da identidade nacional, a interculturalidade e da identificação da presença de processos de Internacionalização na Educação Básica. No tratamento dos resultados, Constituiu-se como categorias de análise a Educação para a Cidadania Global (ECG), as proposições da UNESCO para um desenvolvimento sustentável e os futuros da educação na perspectiva do desenvolvimento sustentável, que serão apresentadas nas próximas seções deste trabalho.

### 3. Educação para a Cidadania Global

Com vistas a formação de um cidadão que dê conta das múltiplas características de um mundo interconectado e multifacetado, a UNESCO vem promovendo desde 2012, a Educação para a Cidadania Global (ECG). A ECG preconiza que a educação tem o papel de desenvolver conhecimentos, habilidades, valores e atitudes que qualifiquem o indivíduo a contribuir para a construção de um mundo mais justo, pacífico, tolerante, inclusivo, seguro e sustentável (UNESCO, 2015b).

Segundo a ECG, sujeitos capacitados podem compreender as questões que envolve a humanidade em suas dimensões sociais, políticas, culturais, econômicas e ambientais. Esta compreensão facilita uma cooperação a nível internacional, além de, partindo do conhecimento de diferentes perspectivas, promover a transformação social. Para dar conta deste propósito, a ECG é desenvolvida na área da aprendizagem, a partir de três dimensões conceituais, quais sejam: dimensão cognitiva, dimensão socioemocional e dimensão comportamental.

Na Figura 1, observa-se que a dimensão cognitiva corresponde a aquisição do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades de reflexão necessárias para entender melhor o mundo e suas complexidades. A dimensão socioemocional corresponde ao desenvolvimento de valores, atitudes e habilidades sociais que permitam aos alunos viverem com os outros de forma respeitosa e pacífica. Já a dimensão comportamental corresponde ao desenvolvimento do comportamento, do desempenho, da aplicação prática e do engajamento dos estudantes. Estas três dimensões, conduzem aos resultados de aprendizagem, ou seja, aos conhecimentos, as habilidades, os valores e as atitudes que os estudantes devem desenvolver com a ECG, estes resultados se reforçam mutuamente.

Por sua vez, estes resultados de aprendizagem norteiam os atributos necessários para o desenvolvimento da cidadania global. Os atributos referem-se às características e às qualidades desenvolvidas pela ECG (UNESCO, 2016).



Figura 1 – Educação para a Cidadania Global

Fonte: Elaborado pelos autores.

A ECG capacita o sujeito a adaptar-se ao um mundo interconectado e dinâmico ao fomentar o desenvolvimento das seguintes características:

- uma atitude apoiada por um entendimento de múltiplos níveis de identidade e o potencial para uma identidade coletiva que transcenda diferenças individuais culturais, religiosas, étnicas ou outras;

- um conhecimento profundo de questões globais e valores universais como justiça, igualdade, dignidade e respeito;
- habilidades cognitivas para pensar de forma crítica, sistêmica e criativa, incluindo a adoção de uma abordagem de multiperspectivas que reconheça as diferentes dimensões, perspectivas e ângulos das questões;
- habilidades não cognitivas, incluindo habilidades sociais, como empatia e resolução de conflitos, habilidades de comunicação e aptidões de construção de redes (networking) e de interação com pessoas com diferentes experiências, origens, culturas e perspectivas; e
- capacidades comportamentais para agir de forma colaborativa e responsável a fim de encontrar soluções globais para desafios globais, bem como para lutar pelo bem coletivo. (UNESCO, 2016, p. 9)

A Educação para a Cidadania Global concentra-se na promoção dos valores humanísticos centrais, como a tolerância e o respeito pela dignidade humana. Ela também abrange o desenvolvimento de habilidades interpessoais e intrapessoais, incluindo a consciência emocional, comunicação, cooperação, resolução de problemas e gestão de conflitos (Skirbekk et al., 2013). A ECG não apenas capacita os cidadãos para a participação em comunidades globais, mas também contribui para o crescimento individual, preparando-os para as demandas do mercado de trabalho. Ela é transformadora e alinha-se com outros processos educacionais reformadores, incluindo educação em direitos humanos, desenvolvimento sustentável, compreensão intercultural e promoção da paz (UNESCO, 2015a).

Uma das características fundamentais da ECG é a interculturalidade. Ela é um conceito intrínseco à Educação para a Cidadania Global, focando no respeito e na valorização das diferentes culturas presentes em uma sociedade diversa. Através do diálogo intercultural, os indivíduos podem aprender sobre diferentes modos de vida, tradições e perspectivas, construindo laços de entendimento e aceitação mútua.

O conceito de interculturalidade é complexo e depende do ponto de vista empregado. Segundo Clemente e Morosini (2021, p. 12) “interculturalidade trata-se, além do conjunto de culturas, da necessidade de interação, inter-relação e diálogo entre elas”. Para Walsh (2001, p. 6) se refere

“[...] às complexas relações entre grupos humanos, conhecimentos e práticas culturais diferentes, partindo do reconhecimento das assimetrias sociais, econômicas, políticas e de poder e das condições institucionais que limitam o ‘outro’ em se tornar sujeito com identidade, diferença e agência”.

A autora diz que a interculturalidade deve ser entendida como um desenho de sociedade, tal como um projeto político, epistêmico e ético direcionado para uma mudança estrutural e sócio-histórica baseada em uma construção conjunta (Walsh, 2009). Para a autora, de acordo com a perspectiva, o conceito de interculturalidade pode ser considerado a partir de três perspectivas: a relacional, a funcional e a crítica. A relacional é a forma mais básica e limitada, consiste na troca entre culturas (entre pessoas, práticas, saberes, valores e tradições culturais diferentes) que podem ocorrer em condições de igualdade ou desigualdade. A funcional reconhece a diversidade e a diferença cultural e busca promover a inclusão, o diálogo, a convivência e a tolerância.

Já a perspectiva crítica é entendida como um processo que se desenha a partir dos sujeitos, opera com a transformação das estruturas, instituições e relações sociais (Walsh, 2009).

Segundo a UNESCO (2017, p. 18) o significado descreve “o que ocorre quando os membros de dois ou mais grupos culturais diferentes (de qualquer tamanho, em qualquer nível) interagem ou influenciam uns aos outros de alguma forma, seja pessoalmente ou através de várias formas mediadas”. La UNESCO (2017, p. 7) considera que as interações interculturais caracterizam a vida moderna e colocam em foco as relações entre pessoas e comunidades de diferentes culturas. A grande diversidade cultural da sociedade contemporânea “nos compromete com o desenvolvimento de habilidades para aceitar a presença de diversos outros e aprender a construir opções de futuro a partir dessa diversa alteridade”. Desta forma o desenvolvimento de competências interculturais torna-se imprescindível para a formação de indivíduos que possam transitar em ambientes marcados pela crescente diversidade de estilos de vida, culturas, ideias e comportamentos. Apresenta, ainda, uma lista de habilidades desenvolvida por Deardorff (2011) entendidas como requisitos mínimos para alcançar um bom desempenho nas relações interculturais, são elas:

[...] respeito (valorização do outros); autoconsciência/identidade (compreendendo a lente através do qual cada um de nós vê o mundo); vendo de outras perspectivas/visões de mundo (tanto como essas perspectivas são semelhantes e diferente); ouvir (engajar-se em um diálogo intercultural autêntico); adaptação (ser capaz de mudar temporariamente para outra perspectiva); construção de relacionamento (forjando laços pessoais interculturais duradouros); humildade cultural (combina e respeito com autoconsciência) (UNESCO, 2017, p. 28).

Percebe-se que as relações interculturais produtivas são influenciadas por uma série de elementos que se articulam em contextos concretos como um sistema orgânico. A ECG destaca a necessidade de fomentar ambientes de aprendizagem que promovam a coexistência pacífica e o reconhecimento da diversidade cultural. Desta forma os dois conceitos são ferramentas para lidar com desafios complexos, como conflitos étnicos, discriminação e desigualdade social. Além disso, preparam os indivíduos para uma participação ativa e informada na resolução de problemas globais, promovendo a paz e a cooperação internacional.

Em um mundo que enfrenta desafios globais interconectados, a Educação para a Cidadania Global e a Interculturalidade se destacam como pilares fundamentais para a formação de cidadãos globais responsáveis e empáticos. Ao abraçar a diversidade cultural e entender as complexas relações entre as nações, pode-se construir pontes duradouras e cultivar uma comunidade global consciente, capaz de trabalhar em conjunto em prol de um futuro sustentável e harmonioso para todos.

#### 4. Proposições da UNESCO para um Desenvolvimento Sustentável

O cerne das proposições da UNESCO é Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2023), compreendido como o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro e seus 17 objetivos – (ODS)<sup>1</sup>. Esses são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Na perspectiva da educação suas metas foram transpostas na E2030 (UNESCO, 2015b), Educação para a cidadania global (UNESCO, 2015a), nos futuros da Educação (UNESCO, 2020) e em outros documentos subsequentes.

Neste entender, em mais de 20 anos, de uma noção de aprender a ser (Faure y de Castro, 1973), a conviver, a fazer, a saber (UNESCO, 1996), pelos Futuros da educação (UNESCO, 2019) propõe-se o aprender a se transformar com base na ética do ecossistema com a sustentabilidade. Enfim, com a busca do Desenvolvimento Sustentável.

Nesse movimento, no qual o desenvolvimento das TICs exerce papel de facilitador da interatividade, a UNESCO, com o uso destes recursos, ampliou a escuta, que anteriormente era restrita aos países membros. A partir desta escuta lança a proposição Os Futuros da Educação, a fim de ouvir a sociedade quanto a visão do futuro, o papel da educação nesse futuro desejável e as implicações dessa concepção de educação para a aprendizagem (Morosini, 2022).

Ao refletir cenários e tendências e possíveis caminhos para uma educação com horizontes até 2050, o documento “Reimaginar junto nossos futuros” (UNESCO - *International Commission on the futures of education*, 2021) está ancorado em bases que visam promover a solidariedade e a cooperação, os direitos humanos, equidade e inclusão, interconexão e responsabilidade coletiva. O documento também aponta para dois princípios fundamentais, sendo: o acesso à educação de qualidade ao longo da vida e a perspectiva de uma educação concebida como empreendimento público e bem comum (UNESCO, 2021). O documento afirma que:

Hoje, altos padrões de vida coexistem com grandes desigualdades. Cada vez mais pessoas estão engajadas na vida pública, mas o tecido da sociedade civil e da democracia está se desgastando em muitos lugares do mundo. As rápidas mudanças tecnológicas estão transformando muitos aspectos de nossas

<sup>1</sup> 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável. 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. 4. Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos. 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos. 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação. 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles. 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis. 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos. 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável. 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade. 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

vidas. No entanto essas inovações não são direcionadas de forma adequada para equidade e inclusão e participação democrática (UNESCO, 2021, p. 1, tradução nossa).

O documento enfatiza que os processos educacionais devem contemplar a dimensão da interculturalidade, do relacionamento e cooperação entre pessoas, instituições e estados, visando a solidariedade global e cooperação internacional, para a boa convivência e harmonia entre os povos (UNESCO, 2021).

Reimaginar o futuro juntos é imaginar uma sociedade onde a diversidade e o pluralismo são fortalecidos e enriquecem nossa humanidade comum. Precisamos de uma educação que nos permite ir além do espaço que já habitamos e que nos acompanha no desconhecido (UNESCO, 2021, p. 52, tradução nossa).

E, tais princípios estão intimamente relacionados com a educação básica, pois é neste nível de ensino que iniciamos o processo de formação integral do estudante e a construção dos valores universais de solidariedade, de equidade e de cidadania. A Educação básica e superior muitas vezes é concebida de forma fragmentada pelas políticas públicas em diferentes nações, mas é preciso ser pensada e concebida de forma integrada, complementar. Nesse sentido, os direcionadores, advindos de políticas e documentos dos organismos internacionais, especialmente da UNESCO, tem fomentado um olhar agregador dos diferentes níveis de ensino, pois se propõem a pensar na perspectiva do sujeito que queremos para a sociedade.

Pensar a educação de forma integral de integradora é a base para a renovação e transformação da sociedade. A educação mobiliza conhecimento e favorece enfrentar cenários adversos, incertos e de desafios.

O poder da educação está em sua capacidade de nos conectar com o mundo e os outros, de nos mover para além dos espaços que já habitamos e de nos expor a novas possibilidades. Ajuda a nos unir em torno de empreendimentos coletivos; fornece a ciência, o conhecimento e a inovação de que precisamos para enfrentar os desafios comuns. A educação nutre entendimentos e desenvolve capacidades que podem ajudar a garantir que nosso futuro seja mais socialmente inclusivo, economicamente justo e ambientalmente sustentável (UNESCO, 2021 p. 10, tradução nossa).

A internacionalização da educação, a partir de diferentes abordagens tem promovido uma maior cooperação internacional, especialmente a partir de meados do século XX, impulsionada especialmente pelos organismos internacionais e provocando consensos em torno de objetivos comuns. Numa perspectiva de maior interconexão e interdependência, os horizontes comuns apontam para uma pedagogia que seja individual e coletivamente transformadora (UNESCO, 2021).

Para tal, o objetivo do desenvolvimento sustentável (ODS) específico da educação é o ODS4 - Educação inclusiva equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. Sua Meta 4.7 – Educação de qualidade até 2030, busca garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência,

cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável. Esta meta vem ao encontro da formação integral do educando e da consideração da diversidade presente em nossos países.

## 5. Os futuros da educação na perspectiva do desenvolvimento sustentável

Com a pandemia causada pelo vírus Covid19, o movimento de se transformar sofreu abalos e as desigualdades, na educação básica foram acentuadas. Assim, o movimento de pensar um futuro da Educação além da Covid 19 se espalha pelo mundo e inúmeros setores, redes e pesquisadores buscam pensar esse cenário.

A Unesco, (Vegas, 2018) pensando futuros da educação na perspectiva do Desenvolvimento sustentável reúne os 17 ODS em cinco categorias: pessoas, prosperidade, paz, alianças e planeta. E, sintetiza o objetivo principal como uma visão transformadora da educação como direito humano, desde um enfoque humanista, no qual o acesso *“no dejar a nadie fuera, a aprendizagem “não deixar nada para trás, a esfera individual a educação ser llave de otros derechos” e a esfera coletiva ser “catalizador de otro modelo de desarrollo”*

Em 2022, a ONU, órgão maior da Unesco, vem realizando encontros e o *“UN Transforming Education Summit”*, buscou aprofundar ações para o Desenvolvimento Sustentável. Um dos seus grupos é responsável por proposições para a aprendizagem e habilidades para a vida, o trabalho e o desenvolvimento sustentável. A síntese de tais discussões se resume em (Figura 2) empoderar estudantes para o bem-estar, um futuro profissional e a sustentabilidade global pela integração da educação para um desenvolvimento sustentável.

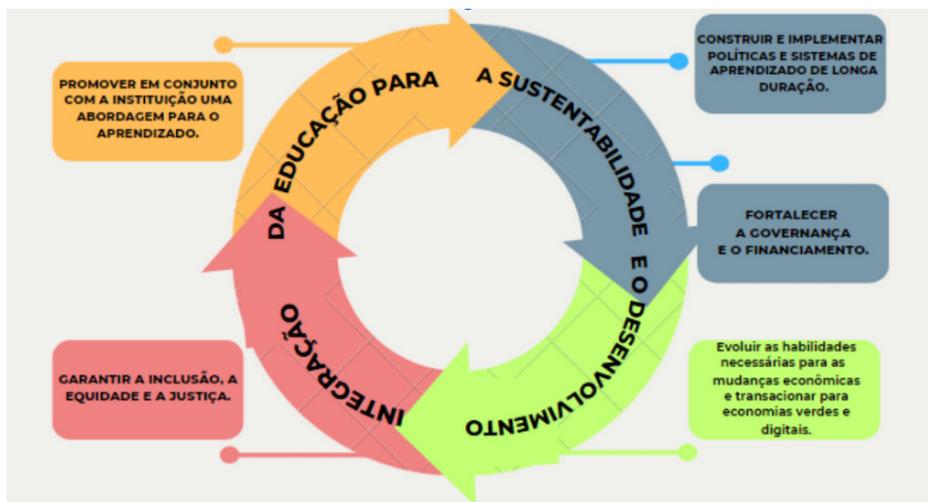


Figura 2 – Empoderar estudantes para o bem-estar, futuro profissional e a sustentabilidade global pela integração da Educação para o Desenvolvimento Sustentável  
Fonte: United Nations Transforming Education Summit (p. 9, 2022).

Empoderar estudantes para uma sustentabilidade humana e planetária através da integração dos ODS é o objetivo maior. Para tal, se faz necessário: Fortalecer alunos para sustentabilidade através da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), capacitando-os com conhecimentos, habilidades e ações sustentáveis. Incluir ODS e educação climática no currículo de todos os níveis e reforçar redes de ODS em níveis local e global.

Para dar conta deste objetivo são necessários os seguintes fatores: a educação, o desenvolvimento, a sustentabilidade, a integração.

1. **A educação:** Promover abordagem abrangente, envolvendo professores, alunos, famílias e comunidade e desenvolvendo estratégias de uma instituição sustentável, que investe na capacitação de educadores, incluindo conhecimento não formal para uma educação inclusiva e relevante;
2. **O desenvolvimento:** resumido na transição para a economia verde e digital, que busca adaptar habilidades às mudanças econômicas, investindo em pessoas em todas as fases da vida. Paralelamente, fortalece laços entre educação, capacitação e trabalho, expandindo a aprendizagem baseada no trabalho e formando parcerias.
3. **A sustentabilidade:** se consubstancia em *Desenvolver políticas e sistemas fortes de aprendizagem para toda a vida e fortalecer a governança e financiamento*. No primeiro caso implica em investir em desenvolvimento profissional, desde cedo, com abordagem abrangente e baseada em direitos. Tem como base currículos e pedagogias promotoras de conhecimento, competências (como resolução de problemas, pensamento crítico), valores (justiça, equidade) e ação transformadora em prol do desenvolvimento sustentável. Para atingir aprendizagens para toda a vida se faz necessário fortalecer a governança e financiamento, sendo fundamental o desenvolvimento de políticas de aprendizado em parceria com setores público e privado. Da mesma forma aproveitar redes, parcerias e instrumentos globais para mobilizar recursos, apoiar a implementação de programas relevantes e facilitar a comunicação entre diversos *stakeholders*.
4. **A integração:** uma educação para o DS que assegure inclusão, equidade e justiça com abordagem baseada em direitos humanos na educação e nos princípios do ODS 4. Reconhecer e apoiar capacitação de curto prazo para atender às necessidades de aprendizado de todos e comprometer-se com igualdade de gênero em todos os níveis de aprendizado e acesso equitativo ao emprego, incluindo mulheres, refugiados e os mais marginalizados.

## 6. Considerações finais

Ao ampliar para todos os estudantes a oportunidade de uma formação que privilegie perspectivas internacionais e interculturais nos currículos da Educação Básica, a internacionalização pode servir como um meio de promover valores comuns e uma compreensão mais próxima entre diferentes povos e culturas e contribuir para o desenvolvimento mundial sustentável, marcado pela convivência democrática, pelo respeito, pela solidariedade e pela cooperação para uma cidadania socialmente responsável.

É importante que no estudo da relação entre Internacionalização da Educação Básica e Desenvolvimento Sustentável, proposta pelo UNESCO, se tenha em conta alguns desafios, que podem se apresentar durante todo o processo ou mesmo em determinadas fases. Entre os principais desafios cabe ser citado: o choque cultural ao introduzir outras culturas na cultura local, que podendo acarretar resistências locais a padrões internacionais ou que, numa perspectiva oposta, é capaz de levar a perda da identidade cultural local pela adoção de padrões globais. Outro desafio está referido a presença da desigualdade entre territórios do norte global ou do sul global, geralmente marcados por distancias econômicas determinantes para o desenvolvimento educacional. Esta característica pode causar o domínio da autoridade científica por determinados territórios, via de regra, os mais desenvolvidos e a submissão pelos não dominantes. Tal relação nesta arena do campo científico é suscetível a acarretar uma desigualdade em termos de acesso equitativo. Não só o território apresenta diferenças de oportunidades, mas também dentro de um mesmo território há desigualdades.

Outro bloco de desafios está referido ao sistema organizativo da educação básica que tem em seus currículos a espinha do processo pedagógico. A inserção de mudanças nestes currículos é complexa desde a questão de conteúdo, metodologias de ensino e de aprendizagem e avaliação. O processo de internacionalização pressupõe flexibilidade, mas, muitas vezes, questões como carga horária, modalidades de oferta de cursos e reconhecimento de créditos que, normalmente, se apresentam muito engessados, passam a ser um grande obstáculo ao processo. Neste item se chama a atenção para a questão do idioma e a adoção de uma perspectiva plurilinguística com a abertura para a comunicação não preciosista.

Finalmente, um desafio basilar é a questão econômica e o financiamento de programas contínuos que permitam pensar, implantar, monitorar, avaliar e renovar programas transformadores para uma perspectiva de formação integral do estudante e de sua formação para o trabalho via Internacionalização da Educação Básica.

## Referências

- Akkari, A. (2017). A agenda internacional para educação 2030: consenso "frágil" ou instrumento de mobilização dos atores da educação no século XXI? *Diálogo Educacional* 17(53), 937-958. <https://bit.ly/3tlGYeF>.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 229 p.
- Bourdieu, P. (1983) O campo científico. In Ortiz (1983) *Bourdieu*. São Paulo: Ática.
- Clemente, F. A. & Morosini, M. C. (2021). Iah: internacionalização e/ou interculturalidade at home? *Linguagens, Educação e Sociedade*, 47, 83-108. <https://doi.org/10.26694/les.v0i47.10193>
- Cury, C. R. J. (2002). A Educação Básica no Brasil. *Educação & Sociedade*, 23(80), 168-200. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002008000010>.
- Deardorff, D.K. (2011). *Promoting understanding and development of intercultural dialogue and peace: A comparative analysis and global perspective of regional studies on intercultural competence*. Report of the State of the Arts and Perspectives on Intercultural Competences and Skills, UNESCO.

- Didriksson, A. (2008). Contexto global y regional de la Educación Superior en América Latina y el Caribe. In: L. Gazolla & A. Didriksson (eds.). *Tendencias de la Educación Superior en América Latina y el Caribe*. Caracas: UNESCO-IESALC. p. 21-54. <https://bit.ly/3PDcUD4>.
- Faure, E., y de Castro, C. P. (1973). *Aprender a ser: la educación del futuro*. Madrid/Paris: Alianza Editorial; Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Knight, J. (2004). Internationalization remodeled: Definitions, rationales, and approaches. *Journal for Studies in International Education*, 8 (1), 5-31. <https://doi.org/10.1177/1228315303260832>.
- Lima Jr, E. B., Oliveira, G. S., Santos, A. C. O. & Schnekenber, G. G. (2021). Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. *Cadernos da Fucamp*, 20(44), 36-51. <https://bit.ly/48CZ7Fi>.
- Lüdke, M. & Andre, M. A. (2013). *Pesquisa em educação: abordagens quali-tativas*. Rio de Janeiro: E.P.U.
- Marcelino, J. M. & Lauxen, S. (2021). *Internacionalização da educação superior e a construção da cidadania global: existem conexões possíveis?* Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Morosini, M. C. (2017a). Cidadão global. In: S.C.D. Segenreich (Org.). *Organização institucional e acadêmica na expansão da educação superior: Glossário*. Rio de Janeiro: Publit. p.137-141.
- Morosini, M. C. (2017b). Apresentação [Dossiê - Internacionalização da educação superior]. *Educação*, 40(3), 288-292. <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2017.3.30004>.
- Morosini, M.C. (2022). O desenvolvimento sustentável como cerne das proposições da UNESCO. *Educação*, 47. <https://doi.org/10.5902/1984644466412>.
- Morosini, M. C. & Dalla Corte, M. G. Internacionalização da educação superior. In: M. C. Morosini (Org). *Enciclopédia Brasileira de Educação Superior*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021. p. 35-67.
- Morosini, M.C., Stallivieiri, L., Felicetti, V. L. & Woicolesco, V.G. (no prelo). Internacionalização na Educação Básica no Brasil: marcos conceituais. *E-curriculum*.
- ONU (2021). *Conheça os novos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU*. Brasília, DF. Organização das Nações Unidas. <https://bit.ly/46tNaje>.
- ONU (2022). *Transforming Education Summit Action Track 2 on Learning and skills for life, work, and sustainable development*. Discussion Paper. Final draft. Organização das Nações Unidas.
- ONU (2023). *Desenvolvimento Sustentável*. Organização das Nações Unidas. <https://bit.ly/46efiab>.
- Sá-Silva, J. R., Almeida, C. D. & Guindani, J. F. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 1(1), 1-15. <https://bit.ly/3tdjWXE>.
- Santos, M. & Tavares E. (2017). Internacionalização e geopolítica do conhecimento na América Latina: concepções, contextos e aplicações, *Laplage em Revista*, 3(3), 3-7, <https://bit.ly/3F7BOG6>
- Skirbekk, V.; Potančoková, M. & Stonawsk, M. (2013). *Measurement of Global Citizenship Education*. Paper commissioned by UNESCO for the global citizenship education programme. UNESCO.
- Thiesen, J. S. (2017). Internacionalização dos currículos na educação básica: concepções e contextos. *Revista e-Curriculum*, 15( 4), 991-1017. <https://bit.ly/46b3ZiZ>
- UNESCO (1996). *Educação um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. São Paulo: Cortez. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. <https://bit.ly/3PYQAox>.
- UNESCO (2015a). *Educação para a cidadania global: preparando alunos para os desafios do século XXI*. -- Brasília: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. <https://bit.ly/3PzxdB4>
- UNESCO (2015b). *Educação 2030: Declaração de Incheon e marco de ação, rumo a uma educação de qualidade, inclusiva e a educação ao longo da vida para todos*. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. <https://bit.ly/48AUBHa>
- UNESCO (2016). *Educação para a cidadania global: tópicos e objetivos de aprendizagem*. Brasília: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

- UNESCO (2017). *Diálogo intercultural, competencias interculturales: marco conceptual y operativo* (Cátedra UNESCO Universidad Nacional de Colombia, Ed.). Bogotá. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
- UNESCO (2019). *Los futuros de la educación: aprender a transformarse*. (septiembre 2019 – agosto 2020). París. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura <http://unesco.org/futuresofeducation>.
- UNESCO (2020). *Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação*. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. <https://bit.ly/3r6kRIb>
- UNESCO (2021). *Reimagining a social: our futures contract for together education*. París: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Report from the International Commission on the Future of Education. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura <https://bit.ly/3RHOGf2>
- Valle, J. M. (2012). La política educativa supranacional: un nuevo campo de conocimiento para abordar las políticas educativas en un mundo globalizado. *Revista Española de Educación Comparada*, 20, 109-144. <https://doi.org/10.5944/reec.20.2012.7595>.
- Valle, J. M. (2015). Las políticas educativas en tiempos de globalización: la educación supranacional. *Bordón*, 1(67), 11-2. <https://doi.org.10.13042/Bordon.2015.67101>.
- Vegas, S. S. (2018). Educación para transformar vidas. In: *Tercera Conferencia Internacional sobre el futuro de la educación*. "Perspectivas en América Latina". Panel: Visión de Futuro. Unesco. Rio de Janeiro, 12-14 nov.
- Walsh, C. (2001). *Interculturalidad en la educación*. Programa FORTE-PE. Ministério de Educación. Lima, p.3-11.
- Walsh, C. (2009). *Interculturalidad crítica y educación intercultural*. Seminario Interculturalidad y Educación Intercultural, Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, La Paz, 9-11.
- Woicolesco, V. G., Hatsek, D. J. R. & Rosso, G. P. (2023). Internacionalização na educação básica: um estado do conhecimento. *Eventos Pedagógicos*, 14(1), 70-90. <https://doi.org/10.30681/reps.v14i1.10998>.

**Cómo citar en APA:**

Morosini, M. C., Woicolesco V. G., Marcelino, J. M. & Mentge, M. J. (2023). Internacionalização na Educação Básica: uma análise a partir da UNESCO. *Revista Ibero-americana de Educação*, 93(1), 17-31. <https://doi.org/10.35362/rie9315997>